

Aos 22 dias do mês de abril do ano de mil novecentos e noventa e três, às 14h e 30min, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do COMITESINOS, no ano de 1993. A reunião foi presidida por Cláudio Coelho Marques e Arno Leandro Kayser, e secretariada por Viviane N. Koch e Mara Glacener L.de Medeiros, e contou a participação dos conselheiros, conforme atas de presenças, anexa. O Presidente deu início aos trabalhos apresentou os assuntos da ordem do dia: 1) Leitura e aprovação da ata nº 03/93; 2) informação sobre o Programa de Ação Guajuviras; 3) apresentação do IQA; 4) considerações sobre o estudo de aplicação do princípio "usuário-pagador"; assuntos gerais - informações sobre o evento Gestão do Sist. de Saneamento-S. P. Atendendo ao 1º Q assunto, o Presidente passou a palavra à Secretária Executiva que fez a leitura da ata nº 02/93, colocou-a em discussão e aprovação. Após a leitura da ata, o Presidente do Sub-Comitê Estância Velha e Portão solicitou que fosse feita retificação na linha 152, onde dizia ... "Ruggardo Grub (da pref.Municipal de Estância Velha)" leia-se: Ruggardo P.Grub (representante suplente do Sub-Comitê E.V.-Portão). Os engs. Vera Lúcia De C6 e Luiz Antônio Timm Grassi, da CORSAN, também solicitaram retificações na ata, por não concordarem com os termos utilizados na linhas 187., 198 e 204, e para isso o Presidente pediu deliberação do Conselho Diretor para que as retificações cabíveis fossem praticadas. Diante da aprovação, a ata foi assinada pelo Presidente e Vice-Presidente. As retificações transcritas foram as seguintes: - na linha 187 - leia-se: •• "usuário pagador" - dizendo que a verba não era muita mas o trabalho era fundamental para o Comitê, sendo a aplicação um dos grandes objetivos de uma rede de monitoramento e que o Conselho Diretor talvez não estivesse muito consciente da importância deste trabalho; na linha 198 - leia-se "infelizmente o monitoramento não era assumido como obrigação do Estado" ,- na linha 204 - leia-se:"um índice simplificativo, cujos alcances e limitações deviam ser explicados à comunidade" e que este...". Por sugestão da Secretária Executiva, a ordem de apresentação dos assuntos previstos na pauta foi alterado, com a concordância do Conselho Diretor, e apresentado, antecipadamente, as considerações sobre o estudo de aplicação do princípio "usuário-pagador". Rogério Dewes lembrou ao Conselho da existência da proposta de projeto de *lei* que regulamentava o artigo 171 da Constituição Estadual. Que o projeto, em fase de apreciação na Casa Civil, visava o estabelecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos que previa, entre outros, a aplicação do princípio usuário-pagador. Este princípio, muito discutido mas sem uma metodologia de aplicação definida, precisava ser estudado e, com este objetivo o Conselho de Recursos Hídricos - CRH, através da Secretaria Estadual de Planejamento Territorial e Obras, apresentara projeto candidatando-se aos recursos do Fundo de Irrigação, provenientes do convênio firmado entre o Governo federal e o Banco Mundial. Rogério esclareceu que a operacionalização do estudo se daria através da simulação da aplicação do princípio usuário-pagador na bacia do rio dos Sinos, servindo, posteriormente para todo o Estado e que a escolha da bacia dos Sinos se deu pela existência do COMITESINOS; organismo que certamente teria seu enquadramento no Sistema Es-

tadual de R.H., pela existência de um razoável controle hidrológico do rio dos Sinos e os diferentes usos que lhe eram atribuídos. Segundo Rogério, por determinação do Seco Est. de Planejamento Territorial e Obras, Dr. Jorge Debiagi, fora criado um Grupo de Coordenação formado pelos mesmos integrantes do Grupo que elaborara a proposta de regulamentação do artigo 171, e cuja atribuição seria a de desenvolver o termo de referência do projeto. A execução do estudo estaria sob a responsabilidade do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instituição com reconhecimento nacional e internacional na área de pesquisas hidráulicas. Quanto ao prazo para o início das primeiras etapas, Rogério fez uma estimativa de que em 30 dias deveriam ocorrer os tramites normais de assinatura do convênio; publicação no Diário Oficial, e que a liberação dos recursos estaria sendo prevista para meados de junho/93. Lembrou que o Comitê teria um papel importante nas discussões sobre o andamento do projeto, acompanhando os diferentes passos, segundo as necessidades apontadas pelo órgão executor. Finalizando, Rogério aproveitou a oportunidade para informar que o convênio entre UNI SINOS e CONRHIRGS para a viabilização do repasse de recursos do Estado para o COMITESINOS estava muito próximo de ser concretizado, bastando para tanto a liberação do processo pelo setor jurídico da Secretaria de Planejamento Territorial e Obras. Rogério pediu licença para se retirar e verificou com o Presidente da possibilidade dos membros do Grupo de Coordenação, o engº Zeno Simon, Econ. Eugênio Cánepa, fazerem uma complementação sobre o assunto apresentado. O Prof. Cláudio questionou sobre o financiamento e lhe foi informado que este viria do B.Mundial, a fundo perdido para o Estado, mas não para o país. Concedida a palavra a Zeno, este informou que desde o dia 1º de abril ele fazia parte do Conselho de Recursos Hídricos e do Grupo de Coordenação - responsável pela elaboração do Termo de Referência e Execução do Projeto de Aplicação do Princípio usuário-pagador, e que já havia participa do da reunião da Comissão Técnica, a fim de estabelecer um relacionamento direto com o COMITESINOS. Zeno esclareceu que o Projeto aprovado pelo Banco Mundial, vinha atender a uma experiência de simulação da aplicação do princípio usuário-pagador na bacia do rio dos Sinos, que compreendia 4 metas, em seu cronograma de execução, que eram as seguintes: META 1 - identificação e projeção dos usos da água - (agrícola-irrigação; industrial, abastecimento público, outros usos, diluição de efluentes industriais e domésticos; META 2 - definida pelo estabelecimento de cenários de qualidade (no mínimo 2) com a participação do Comitê; META 3 - estudo do leque de alternativas para o estabelecimento dos objetivos de qualidade e a META 4- visava chegar ao impacto econômico-financeiro, que seria a essência da questão, pela qual se teria uma noção do custo pelo uso da água; seriam preparadas sugestões de instrumentos legais para a implementação das sistemáticas de cobrança, ou seja, quanto o usuário iria desembolsar se fosse implantado o sistema de tarifação. Antônio Eduardo Lanna, membro do Grupo de Coordenação, considerou que o projeto era bastante ambicioso e informou que algo semelhante vinha sendo desenvolvido na bacia dos rios Doce e Paraíba do Sul, com execução e coordenação do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE- e consultoria francesa, que utilizava modelos de tarifação onde a aplicabilidade do princípio não era considerada a mais adequada segundo sua concepção, por não apresentarem estudos de alternativas para as diferentes bacias. Lanna disse que o IPH pretendia fazer um trabalho aberto e

esperava contar com o COMITESSINOS em todas as fases do projeto, como nos levantamentos de usos alternativos, prognósticos, e considerava que no futuro próximo(2 anos) o Comitê já contaria com dados e resultados da simulação, podendo utilizá-los como forma de avaliar sua atuação caso a lei do Sistema Est. de Rec. Hídricos fosse aprovada. Lanna declarou que o Comitê, como órgão colegiado, por reunir diferente entidades e instituições ligadas às questões dos recursos hídricos, poderia servir como ponto de referência para o armazenamento de dados. Arno Kayser considerou que a simulação do princípio usuário-pagador poderia indicar prioridades de ações para o comitê implementar e Zeno alertou que o projeto apresentado havia sido “desenhado” para aplicação do princípio usuário-pagador, e não ver como o Comitê funcionaria com a aplicação da lei ou do princípio usuário-pagador. Julgou que isso seria muito audacioso, e que escaparia da abrangência do projeto, ainda mais que este estaria relacionado intrinsecamente com a irrigação, onde os dados existentes sobre esse uso eram bastante escassos. Concluindo, Zeno disse que a simulação serviria apenas como mais uma das ferramentas ao alcance do Comitê. O Vice-Presidente questionou ao Prof. Lanna, qual seria a sistemática de contato entre o Comitê e o IPH, e Lanna informou que se no mês de julho houvesse o desembolso de recursos, esse contato poderia acontecer a partir daí. O engº Grassi, membro do Grupo Coordenador informou que a Comissão Técnica do COMITESINOS seria chamada a auxiliar, na medida em que fossem definidas as etapas do termo de referência. Cánepa, também membro do G.C., disse que entendia a preocupação do Vice-Presidente, mas que ela seria oportuna se fosse especificada, na META 2, o estabelecimento de um cenário de qualidade para a água. Passando ao 2º ponto da pauta, o Presidente convidou a Engª Cecília Perroni, membro do Grupo de Trabalho Guajuviras, para apresentar informações sobre o andamento da ação. Com a palavra, Cecília inicialmente fez um breve histórico sobre a criação do GT e logo informou que no último dia 20. fora realizada a 1ª reunião do CGT, no ano de 93, onde haviam sido avaliadas as etapas do programa guajuviras, e que compreendia a análise dos resultados dos 6 pontos de monitoramento da qualidade da água nos pontos: P.1- Ar. Sapucaia-Guajuviras; P.2 - Rua Antonio Frederico Ozanan; P.3 - Ar. Sapucaia - Guajuviras, efluente residual do Canal da REFAP; P.4 - Ar. Sapucaia-Guajuviras, efluente industrial do canal da REFAP; P.5 - Ar.Esteio Rua Rio Grande - próximo Lot.M.Esteio; P.6' - Ponte Ar.Sapucaia, cujas coletadas haviam sido realizadas nos dias 14, 21 e 28 de janeiro/93. Cecília informou que o G.T. não considerara conclusiva as 3 campanhas realizadas e que novas análises seriam providenciadas pela CORSAN. Mário Wrege, representante da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - ABAS/RS questionou se no Guajuviras estaria sendo utilizada água subterrânea, o que lhe foi informado que não. Após a apresentação de Cecília, a Secretária Executiva informou sobre a iniciativa da P.M. de Canoas de apresentar um representante oficial para representá-la no Grupo de Trabalho Ação\_Guajuviras. Que, na última reunião, o Arquiteto Paulo Roberto Infantini, anunciara o interesse da Pref. em regularizar a situação de recebimento do "Conjunto Habitacional Guajuviras". O Vice-Presidente manifestou-se dizendo que até o momento muito havia se falado no futuro do COMITESINOS mas que esta ação guajuviras, mostrava o que na realidade o Comitê estava fazendo. De um lado, envolvendo diferentes instituições num trabalho sério, e em outra, revertendo posições políticas adotadas pela prefeitura envolvida, que havia se mantido isolada do processo, e

agora passava a fazer parte do G.T. Dando continuidade ao assunto, Jaime Rodrigues, representante da Pref. Mun. de Porto Alegre, membro do GTG, mostrou se preocupado em relação à área do Guajuviras, por ser uma das grandes manchas de miséria e de poluição, em franco desenvolvimento na região metropolitana onde a expansão se dava, todo dia, a toda hora, em todos os sentidos e em todos os tipos de uso do solo. Jaime complementou dizendo que a expectativa do Grupo de Trabalho era obter um prognóstico avançado, não aguardando por medidas que deveriam ser tomadas dentro do contexto político que envolvesse questões mais amplas. Assim o 20 assunto foi tratado, e o 30, a apresentação do IQA foi feita pela Eng<sup>a</sup> Vera Lúcia De C6, membro do Grupo de Coordenação da Rede de Monitoramento, que inicialmente entregou aos conselheiros, cópia dos comentários mensal e geral, sobre o IQA. Vera informou que houvera um pouco de atraso na publicação do IQA, desde agosto. de 92, devido ao atraso na entrega de dados de análise fornecidas pela FEPAM, somados ainda a um problema do equipamento de computação da METROPLAN. Das informações fornecidas por Vera Lúcia, mereceram destaque, parte do comentário onde dizia: " o IQA do quadrimestre de setembro a dezembro de 1992, esteve compreendido no intervalo de 75% (Si11) e 37% (Si03); nos meses de setembro e outubro há predominância da faixa regular (64% e 73%, respectivamente), seguida pela faixa boa. Em novembro observa-se uma queda na qualidade da água, com predominância na faixa ruim (64%), que aparece desde Santa Cristina até captação de Esteio. Em dezembro observa-se uma recuperação da qualidade da água sem atingir, entretanto, a qualidade de setembro e outubro. O ponto Si03, a jusante do Canal João Correa, é o único que apresentou a qualidade sempre ruim, enquanto que o ponto Si11 é o único que sempre apresentou a qualidade boa".

O eng<sup>o</sup> Grassi apresentou, dentro dos assuntos gerais, informações sobre a participação dos conselheiros, Eugênio Cánepa, Paulo Paim e dele próprio, no seminário sobre gestão do Sistema de Saneamento, realizado em São Paulo, nos dias 13 a 16 de abril. Cánepa fizera parte dos palestrantes do 1Q tema: A Cobrança do Uso da Água, cuja ótica principal tratara de bases técnicas e conceituais da cobrança. Em seguida, Cánepa disse que sua impressão em relação ao Seminário promovido pela ABES, tinha sido melhor do que a do promovido no ano passado, onde a CETESB e SABESP haviam se manifestado corporativamente contrários à aplicação da tarifa. Neste ano, embora houvesse repercussões dessa natureza pelo setor de saneamento, as discussões haviam sido ampliadas para a gestão dos recursos hídricos, e para Cánepa, isso era auspicioso em termos de sistema estadual de recursos hídricos. Grassi também considerou que o Seminário deste ano fora um progresso comparado com o do ano passado, e que São Paulo estava, sem dúvida, na frente em termos de sistema de recursos hídricos, e que muito poderia ser aprendido através da legislação paulista. Grassi lembrou que em S.Paulo não existia um ensaio de comitê de bacia funcionando, como o COMITESINOS, o que para nós era muito importante. Embora SP estivesse tomando providência na estruturação dos Comitês, considerando a existência do Projeto de Despoluição do Rio Tietê, não existia uma visão de conjunto, apenas uma atuação paralela à existência da lei; Grassi comparou essa situação do Projeto Tietê, ao nosso Projeto pro-Guaíba. Ainda dentro dos assuntos gerais, Cánepa comunicou ao Conselho Diretor que nos últimos dias, havia toma do conhecimento pela imprensa sobre a preocupação do delegado do DEMEC, anunciando a disponibilidade de recursos financeiros para atender projetos de educação para

os municípios da região, e que até agora estes não estariam se candidatando aos recursos. Cánepa lembrou que dada a problemática do não desembolso dos recursos aprovados pelo PADCT, para a implementação do Programa de Capacitação em Educação Ambiental, esta seria uma oportunidade para o Comitê, tentar entrar em tal linha de crédito e recomendou um contato diretamente com o Delegado Airton Vargas, para avaliar a possibilidade do Comitê ser contemplado com os recursos disponíveis.

O Presidente agradeceu as informações prestadas por Cánepa, e decidiu que buscaria maiores esclarecimentos junto as Pró-Reitorias da Universidade, sobre a possibilidade de adaptação do programa do COMITESINOS. Ao finalizar a reunião o Presidente agradeceu a presença dos conselheiros e aproveitou para convidá-los para a próxima reunião do C.D. agendada para o dia 13 de maio, no mesmo local e horário. E não havendo mais nada a constar, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente e por mim, depois de lida e aprovada.

São Leopoldo, 13 de maio de 1993.